

A COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO

Uma verdade às vezes esquecida é a de que a história não pode ser feita sem documentos. Na própria historiografia brasileira, antiga e moderna, conhecem-se casos em que trabalhos desse gênero, baseados em material precário, ficaram para sempre postos de lado com o aparecimento de documentação que veio invalidá-los total ou parcialmente. Daí o natural escrúpulo de historiadores e estudantes de história bem orientados, de procurar conhecer e examinar a documentação de interesse para os seus trabalhos. Entretanto este escrúpulo está longe de ser de fácil satisfação. Quem quer que no Brasil estude História, encontra uma dificuldade enorme a vencer: a ausência de guias de fontes históricas, de catálogos de manuscritos dos nossos principais arquivos e bibliotecas, de índices para a fácil consulta de documentos. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro começa - ou melhor, reinicia agora - um movimento no sentido de colocar as instituições que guardam acervos documentais dentro da exata finalidade da sua existência: a de pôr diante dos historiadores os documentos de que necessitam; de indicar-lhes a existência de documentos ali conservados. Com a recente publicação do catálogo dos documentos referentes à Bahia e com a já anunciada dos concernentes a Pernambuco e ao Maranhão, a Biblioteca Nacional coloca-se à frente desse movimento, no qual o prestígio da instituição tão antiga e por tantos títulos benemérita, fará ressaltar a importância da iniciativa. A iniciativa particular, por outro lado, deu-nos este ano de 1949 um Manual bibliográfico de estudos brasileiros (já um tanto inatual, pois sendo o trabalho concluído desde 1942, só agora foi publicado) que, se não fosse, como é, valioso por muitos motivos, teria pelo menos o mérito de reiniciar trabalho que desde o Catálogo de Exposição de História do Brasil (1888) não tinha prosseguimento.

Com o escrúpulo de documentar-se cuidadosamente para as anotações que fui convidado a fazer em colaboração com Gilberto Freyre à obra de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (honra inesperada para um estudante de história, de ver o seu nome deste modo ligado ao de dois grandes mestres pernambucanos) e também com o propósito de organizar futuramente um guia de fontes para a história de Pernambuco, tenho procurado examinar os acervos de manuscritos de instituições como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico Brasileiro, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo do Estado e o Instituto Arqueológico. E, agora, a coleção de manuscritos e a biblioteca do dr. Alberto Lamego, há alguns anos incorporada, por compra, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Aqui, como em outras bibliotecas, a gentileza e a infatigabilidade dos dirigentes e bibliotecários suprem e compensam a falta de catálogos e índices das coleções e dos manuscritos. Quem tiver tido oportunidade de se dirigir a qualquer das instituições citadas, não poderá deixar de reconhecer e agradecer as facilidades e obséquios de que são cercados os estudantes que as procuram: o sr. José Honório Rodrigues, na Biblioteca Nacional, o dr. E. Vilhena de Moraes, no Arquivo Nacional, o dr. Vergílio Corrêa Filho, no Instituto Histórico, o dr. Olympio Costa Júnior e sr. Francisco Caeté, na Biblioteca de Pernambuco, o dr. Jordão Emerenciano e o sr. Luiz Sena no Arquivo do Estado, dr. Mário Melo e o sr. Nestor Lima, no Instituto Arqueológico, estão sempre prontos a facilitar a tarefa por tantos motivos difícil dos que os procuram para estudos. Em São Paulo, na Biblioteca da Faculdade de Filosofia os nomes a guardar são os do Prof. Aquiles Raspantini, srta. Lídia Cunha e sr. Francisco José dos Reis: a gentileza e o desejo de servir são os mesmos das bibliotecas e arquivos do Rio e de Pernambuco. E embora me tenha apresentado sem credenciais nem cartas

de recomendação, nem por isto as facilidades foram menores e os obséquios menos francos, o que acentuou em honra do espírito dos bibliotecários paulistas.

O dr. Alberto Lamego, constante colaborador de revistas e jornais brasileiros - tendo há pouco iniciado uma série de artigos sobre a correspondência que manteve com Oliveira Lima - e ilustre anfitrião do solar de Airises, em Campos, conseguiu reunir no começo deste século, durante a sua residência na Europa, uma enorme coleção de manuscritos. Grande parte deles pertencera a arquivos portugueses, de onde foram extraviados em ocasiões diversas, em especial quando da invasão francesa de 1808, e que lhe chegaram às mãos por compra, especialmente em leilões. Outra parte havia pertencido a coleções particulares de casas fidalgas extintas. Adquiridos assim, e em consequência, os documentos não apresentam continuidade histórica: há documentos do *séc.* XVII, XVIII e XIX, na maior parte, porém, do *séc.* XVIII. Nem por isto o historiador poderá desprezá-los, de vez que sendo, como são, na quase totalidade originais, não existem, provavelmente, cópias em outros arquivos.

Dois documentos, ambos do século XVIII, são sobretudo interessantes, porque indicam a formação de um espírito "brasileiro" em contraposição ao espírito reinol. O brasileiro já se sentia com melhor conhecimento da terra do que o administrador, o militar, o religioso, vindo de Portugal, pelo que se julgava melhor credenciado para exercer funções de direção e comando do que aqueles cujo título único era ter nascido na metrópole. O reconhecimento da credencial dos brasileiros para exercício de tais funções é exatamente o que o Padre Mestre Fr. João do Rosário, da ordem Franciscana, exalta na *Oração Fúnebre nas Reais Exéquias de D. José I*, recitada na Sé de Olinda em 9 de junho de 1777: o religioso acentua que no Brasil os naturais foram, "por longo tempo desconhecidos para as honras e dignidades". Mas no reinado de D. José houve um início de reforma e "já os americanos empunham os Bastões e cingem as Mitras". É porém da pena de um militar, - que infelizmente não subscreve o documento, mas cuja identificação é fácil pelas indicações autobiográficas que fornece - um parecer em que se ressalta vivamente a superioridade de ordem prática de conhecimentos militares dos brasileiros sobre os portugueses na arte da guerra em terras do Brasil. Diz ele: "Senhor: O amor da pátria e zelo do real serviço me obriga a que, prostrado aos pés de V. Majestade, exponha a diferença que vai da Guerra da Europa à da América. Porque este Novo Mundo asi como he antipoda do velho no sítio e calculaçam, asi tão bem o he em tudo o mais. Pois se naquela parte, segundo a natureza do terreno, se peleja em campanha rasa e a peito descoberto, nesta por ser toda coberta de mato, se deve fazer de detrás do páos, como fazendo deles trincheiras. E se lá, andando exércitos em campanha, se costuma recolher o precioso às praças, por serem fechadas e seguras, aqui quase há se observar o contrário, mandando-o retirar para fora, por serem abertas e ficar assim mais seguras no asylo dos matos". Sobre esta teoria o autor tece diversas questões e abordando a sua tese com exemplos, demonstrou conhecer bem a história militar na sua terra. "Praticando eu com alguns governadores (portugueses) sobre esta matéria, sempre os achei de opinião contrária, por não terem a ciência experimental que eu e os naturais da terra temos: dizendo que não podem deixar de se regular pela disciplina da Europa sob pena de serem tidos por traidores..." Lembra, entretanto que se alguns chefes militares da guerra holandesa tivessem acatado pareceres "dos expertos na guerra Brasileira, quiçá nam sucedera o que sucedeu a Antônio Teles da Silva quando mandou desalojar os holandeses da Taparica contra o voto do mestre de Campo Rebelinho e de todos os mais peritos da guerra Americana, porque não perdera a flor da infantaria e o mesmo Robellino; nem tampouco acontecera o que aconteceu a D. Luís de Rojas, por dizer que não era macaco para andar pelos matos, porque

nam seria derrotado e morto como foi... nem finalmente seria necessário ao Conde de Bagnuolo a sua retirada para a Bahia se submetera os seus ditames aos dos naturais". Testemunho que demonstra objetivamente a superioridade, cuja consciência já se vinha formando, dos naturais da terra sobre os reinóis na tarefa de direção de negócios e assuntos brasileiros.

Outros documentos também do século XVIII, procuram estudar e fixar as causas da decadência da indústria e comércio açucareiro, fato que na primeira metade do século tinha atingido proporções de "calamidade em toda esta Capitania". Os dois pareceres que a coleção Alberto Lamego conserva sobre o assunto são de 1738, um dos vereadores da Câmara do Recife e outro dos membros da Irmandade do Espírito Santo dos homens de negócio de Lisboa, ouvidos estes por determinação real (é também de grande interesse o fato das irmandades religiosas constituírem legítimos órgãos de classe, e reconhecidas como tal, pelo próprio rei). Uns e outros estão de acordo em que a descoberta do ouro nas Minas Gerais teve efeito desastroso na economia açucareira. Em primeiro lugar, acentuam que os negociantes e seus comissários passaram a levar o apurado das vendas das fazendas que tinham trazido para o Brasil, em ouro, deixando de fazê-lo em gênero do país, como tinham feito até então. Em segundo lugar, o alto preço dos escravos forçou a elevação do preço do açúcar, porque negros que se vendiam a 40\$ e 50\$ passaram a valer 200\$, havendo ainda uma grande saída de escravos dos engenhos para as Minas. Em consequência da elevação do preço do açúcar brasileiro e também de fraudes que começaram a se verificar na qualidade dele, o mercado europeu passou a dar preferência ao açúcar das colônias francesas, inglesas e holandesas, que tiveram assim oportunidade de um grande progresso econômico. A Câmara do Recife pinta a situação em cores negras; os gêneros do país, o açúcar, o tabaco e a sola, mas principalmente o primeiro, "estão reduzidos a preços tão ínfimo que serve aos fabricantes mais de ruína que de aumento, de sorte que está parecendo aos homens ser-lhes mais fácil largar a fábricas e cultura destes gêneros que conservá-las: e se ainda ha alguns que cultivam estes efeitos, é mais por se não entregarem de todo ao ócio e preguiça que por conveniência que neles achem". De Portugal os homens de negócio faziam "repetidas queixas sobre os ditos gêneros não terem saída".

Também de iniciativa da Câmara do Recife é um pedido de providência feito em 1737 contra o largo emprego das pedras dos arrecifes em construções, com a consequência da ruína que já se notava com o assoreamento do surgidouro dos navios. Em certo trecho do areial das Cinco Pontas, o estrago era enorme, pois ali o mar havia avançado tanto, por não haver a defesa dos arrecifes, que tinha "lançado abaixo seis curtumes que serviam de curtir sola e breve chegará à fortaleza das Cinco Pontas".

A Câmara do Recife em 1737 solicitou ainda a fundação de um convento de religiosas em Pernambuco, cousa que o Rei nunca consentiu, embora pedido idêntico tenha sido repetidas vezes, antes e depois, levado ao trono. O pedido aliás tinha possibilidades de deferimento, porque já um Alvará de 1732 tinha proibido a ida de mulheres do Brasil para Portugal sem licença régia, pois ao Rei fora presente "os motivos por que no Brasil não há mais crescimento de gente, em grave prejuízo do aumento e povoação daquele Estado, sendo a principal causa desta falta o grande excesso que há em irem para este Reino muitas mulheres com o pretexto de serem Religiosas, violentadas por seus Pais ou Mães, constringendo-lhes as vontades que deviam ser livres para elegerem estado, de que resulta faltarem estas mulheres para os matrimônios, que convém aumentar no Brasil" etc. Sobre um projetado Recolhimento de São Sebastião e Santa Maria Madalena de Olinda, de iniciativa do Deão da Catedral de Olinda, Manuel de Araújo de Carvalho Gondim, e seu irmão, o padre Francisco de Araújo de Carvalho

Gondim, há na coleção Lamego o respectivo *Estatuto* em linda caligrafia setecentista e de interesse para o historiador social da família brasileira.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 dez. 1949. Artigo publicado no livro *Tempo de Jornal*, 1998.